

**Henrique Lorea Leite** | henriquelorealeite@gmail.com  
PROPUR – Programa de Pós-Graduação em  
Planejamento Urbano e Regional  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

## CENTRALIDADE: PERCURSOS DO CONCEITO

### RESUMO

A centralidade é tratada como um fenômeno relevante no âmbito urbano sob o olhar de diferentes abordagens. As transformações no sistema econômico por que passa o mundo desde o final do último século tem provocado efeitos nas cidades. Para além do seu crescimento, o espaço urbano vem se estruturando segundo novas dinâmicas, nas quais a centralidade assume diferentes formas. Desse modo, as teorias e modelos monocêntricos passam a ser insuficientes para dar conta do fenômeno urbano. O presente trabalho trata inicialmente da reestruturação produtiva em voga no mundo contemporâneo, para em seguida

acompanhar a trajetória do conceito de centralidade segundo a abordagem crítica de Sposito (1991, 2001, 2011). Trata a seguir, sob o ponto de vista dos sistemas configuracionais urbanos, do conceito, medidas e modelos de centralidade de Krafta (1994, 1997, 1999, 2008, 2011). Finalmente, discute de que maneira cada abordagem se posiciona frente às transformações urbanas em curso decorrentes da reestruturação produtiva.

**PALAVRAS CHAVE:** CENTRALIDADE - GEOGRAFIA CRÍTICA - SISTEMAS COMPLEXOS - REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.

## ABSTRACT

Centrality is treated as a relevant phenomenon in urban scope under the point of view of different approaches. The changes in the economic system the world is being subject to since the end of the last century have impacted the cities. Beyond its growth, urban space is being structured according to new dynamics, in which centrality takes different forms. In such conditions, monocentric theories and models have become inadequate to handle the urban phenomenon. This paper first deals with the restructuring process in vogue in the contemporary world, then follows the trajectory of the concept of centrality according to the critical approach

of Sposito (1991, 2001, 2011). It follows, from the point of view of urban configurational systems, the concept of centrality measures and models of Krafta (1994, 1997, 1999, 2008, 2011). Finally, it discusses how each approach is positioned towards the urban transformations arising from the ongoing productive restructuring process.

**KEYWORDS: CENTRALITY - CRITICAL GEOGRAPHY - COMPLEX SYSTEMS - PRODUCTIVE RESTRUCTURING**

## INTRODUÇÃO

A centralidade é tratada como um fenômeno relevante no âmbito urbano desde nas pesquisas sob o olhar de diferentes escolas. Pode-se citar como exemplos o seminal modelo econômico de von Thünen (1910), do século XIX, a pioneira abordagem sociológica para o crescimento urbano de Burgess (1972), da década de 1920.

As transformações no sistema econômico por que passa o mundo desde o final do último século tem provocado efeitos nas cidades. Para além do seu crescimento, o espaço urbano vem se estruturando segundo novas dinâmicas, nas quais a centralidade assume diferentes formas. Desse modo, as teorias e modelos monocêntricos passam a ser insuficientes para dar conta do fenômeno urbano.

O presente trabalho trata inicialmente da reestruturação produtiva em voga no mundo

contemporâneo, para em seguida acompanhar a trajetória do conceito de centralidade segundo a abordagem crítica de Sposito (1991, 2001, 2011). Trata a seguir, sob o ponto de vista dos sistemas configuracionais urbanos, do conceito, medidas e modelos de centralidade. Finalmente, discute de que maneira cada abordagem se posiciona frente às transformações urbanas em curso decorrentes da reestruturação produtiva.

### A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Antes de tratar da centralidade, aludir-se-á ao contexto contemporâneo no qual a discussão do conceito se situa. Matteo (2011) dá importância a esse procedimento a partir do entendimento que tem sobre o espaço. Segundo o autor, o território é mais do que suporte físico para atividades econômicas; ele é também resultado das relações sociais que o compõem, econômicas inclusive.

Dessa forma, conhecer os processos produtivos é fundamental para entender as formas de organização do espaço.

Mattos (2006) atribui as mudanças pelas quais o mundo tem passado nas três últimas décadas à reestruturação produtiva. Esta dinâmica, que vem se propagando impulsionada pela globalização, surge como resposta ao esgotamento do modelo de desenvolvimento anterior, conhecido geralmente como fordismo. Ainda que não se pretenda entrar aqui em detalhes sobre o fordismo, cabe, por outro lado, apresentar algumas das características deste modelo, tendo em vista suas inexoráveis implicações espaciais. Em primeiro lugar, baseava-se em um sistema de produção em massa, através de unidades industriais de larga escala. O valor gerado como resultado dessa produção oferecia remuneração por produtividade aos trabalhadores e garantia

receita para investimentos em infraestrutura física e proteção social por parte do setor público, que também intervinha no mercado com vistas a manter a estabilidade econômica (MOULAERT, 2000).

Em termos de configuração espacial, este modelo baseado em grandes complexos industriais promovia uma acentuada hierarquização do território, nos quais as cidades que abrigavam essas atividades econômicas ocupavam posição superior. Como resultado, essas regiões tenderam a polarizar contingentes populacionais e a se constituírem como áreas metropolitanas (MATTEO, 2011).

Visto que o fordismo não se desenvolveu com as mesmas características em todos os países, a sua crise também não foi concomitante (MATTEO, 2011). Houve, por outro lado, um entendimento de que o modelo até então vigente estava esgotado e passou a predominar de que o livre jogo das forças do mercado assegurariam o seu equilíbrio, em substituição ao pensamento de que, para regular os desequilíbrios gerados pelo próprio desenvolvimento capitalista, não seria necessário recorrer a uma força externa ao mercado (MATTOS, 2006).

É desse contexto, portanto, que emerge a reestruturação produtiva, cuja natureza e alcance conduziu a um cenário substancialmente diferente do modelo de desenvolvimento anterior. Além deste ideário de liberalização econômica, Mattos (2006) considera o sistema tecnológico articulado em torno das tecnologias de informação e comunicação (TICs) como o segundo dos dois pilares sobre os quais se apoia este novo modelo de desenvolvimento do capitalismo.

As TICs são consideradas por Silveira (2009) a quinta revolução e evolução logística. O autor considera que os avanços tecnológicos na área da comunicação e da informática refletem menos a necessidade de interação comunitária do que

a demanda das corporações de se organizarem pelo território, o que lhes conferiu um poder de articulação de escala planetária. Some-se a perda do poder de investimento – e de execução de ações de interesse social, por conseguinte – dos Estados-nação em função da tendência econômica liberalizante do atual modelo e está configurado o quadro da reestruturação produtiva (MATTOS, 2006).

Expostas as transformações em voga nos processos produtivos do mundo contemporâneo e lembrando o entendimento de que espaço e relações sociais são indissociáveis, passa-se a tratar do espaço urbano brasileiro no fim do século XX à luz dos impactos da reestruturação produtiva.

Silva (2012) aponta que os anos 1980 foram considerados como a transição da era industrial para a era da informação no Brasil. Também observou-se a partir desta década uma diminuição no ritmo de crescimento das metrópoles, que até então concentravam quase a metade da população urbana brasileira, com o aumento de fluxos migratórios intraestaduais e intrarregionais.

### **O PERCURSO DO CONCEITO DE CENTRALIDADE EM UMA ABORDAGEM CRÍTICA**

As atividades comerciais e de serviços nas cidades brasileiras tendiam, como assinala Sposito (1991, p.9), a se concentrar em um centro único e monopolizador até meados da década de 1970. Como resposta ao crescimento populacional experimentado a partir de então, aponta quatro diferentes processos de transformação da centralidade que proporcionam mudanças na estruturação urbana de cidades de maior porte.

A autora (ibidem, p.13) considera que essas novas expressões da centralidade – a expansão

dos centros, a emergência dos subcentros, o surgimento dos desdobramentos<sup>1</sup> das áreas centrais e a instalação dos shopping centers – contribuem de diferentes maneiras para a segregação socioespacial no interior da cidade.

Sposito (2001) avança na delimitação dos conceitos de centro e centralidade. Em termos espaciais, coloca que o primeiro é identificado pela localização das atividades comerciais e de serviços, enquanto o segundo é apreendido pelos fluxos que geram e as sustentam.

*Em síntese, enquanto a localização, sob a forma de concentração de atividades comerciais e de serviços revela o que se considera como central, o que se movimenta institui o que se mostra como centralidade (pp. 238-239).*

Quanto à escala temporal, esclarece que o centro é redefinido a médio e longo prazo, quando há mudanças no uso do solo; enquanto a centralidade muda continuamente, em função de fluxos materiais e imateriais.

Sposito (ibidem, p. 251) se vale de levantamentos sobre uso do solo e fluxos de veículos para a análise dos processos de reestruturação urbana em Presidente Prudente. Sintetiza em quatro pontos as dinâmicas da centralidade, um dos quais não havia sido identificado no trabalho anterior, em que informa não ter feito um levantamento pormenorizado (idem, 1991). Trata-se da centralidade cambiante, que se relaciona com a variação da intensidade dos fluxos vinculados às áreas centrais ao longo do dia.

Os demais pontos reforçam a argumentação do

<sup>1</sup> Desdobramentos são áreas de oferta de atividades de comércio ou serviços, especializados em termos funcionais e/ou socioeconômicos, concentrados em área não contígua ao centro, geralmente ao longo de um eixo de grande circulação (SPOSITO, 1991, p.9). São o que Corrêa (1999, pp.51-52) trata como núcleos secundários especializados de comércio e serviços

trabalho anterior e oferecem subsídio para o entendimento de que o surgimento das novas formas de centralidade não consistem apenas em um fenômeno de descentralização, mas sim de recentralização: o aumento da quantidade de centralidades (centralidade múltipla) vem acompanhada de mudanças qualitativas, na medida que se estabelecem como centralidades em diferentes escalas com as quais mantêm interações espaciais (centralidade complexa), cujos públicos tendem a ser selecionados através da posição que ocupam (centralidade polinucleada), tornando-se então mais ou menos acessíveis a diferentes grupos socioeconômicos (SPOSITO, 2001, p. 251).

Se os dois primeiros trabalhos tratam das transformações da centralidade intraurbana como fenômenos relativamente recentes observados em cidades de diferentes portes, no terceiro (idem, 2011) a autora aprofunda a discussão no nível teórico. Além disso, abrange a centralidade nos âmbitos urbano e interurbano.

A autora assinala que a compreensão dos fenômenos na realidade contemporânea requer o entendimento da escala em que os fluxos se estabelecem no espaço. Não se trata, saliente-se, de uma ampliação de escalas, e sim de uma articulação, através da qual se vai além da noção de hierarquia, visto que as interações atuais se realizam concomitantemente em variados planos e direções (idem, ibidem, pp. 130-131).

Aponta ainda a necessidade de se compreender a questão da centralidade sob a ótica das diferenças, e não com base nas desigualdades<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Esses dois conceitos, desigualdade e diferença, são tratados por Haesbaert (1999) como pares de particularidade e singularidade, respectivamente. As particularidades são produto das desigualdades – as diferenças de grau – do espaço, expressas por parâmetros quantitativos, enquanto as singularidades se referem às suas especificidades – ou diferenças de natureza – no sentido cultural. Campos (2012) aborda as variações de natureza e de intensidade entre as partes que se relacionam na

Ainda que a utilização de índices quantitativos se justifique para fins analíticos, considera que não são por si só suficientes enquanto instrumentos de apreensão da realidade. Decisões tomadas a partir desta visão acentuam conflitos e ignoram possibilidades de proporcionar transformações através do diálogo (idem, ibidem, p. 133).

Nesses termos, as centralidades interurbanas, deslocadas de escalas locais sobre as quais têm ingerência, exercem o poder que possuem de pautar políticas públicas – adquirido no contexto da reestruturação produtiva, como já discutido – de acordo com seus interesses. Como resultado, tende-se a reforçar desigualdades já existentes (idem, ibidem, pp.138-139).

No âmbito urbano, o aumento da mobilidade, também associado à reestruturação produtiva, confere um alto grau de acessibilidade em nível individual. Deste modo, os deslocamentos passam a extrapolar a escala da cidade no sentido espacial, na medida que esta deixa de configurar uma referência de limite, e no sentido temporal, pois o ritmo e a imponderabilidade das transformações das atividades geradoras de fluxo superam sua capacidade de planejamento. Assim, seu poder de garantir o interesse social do espaço público fica restrito frente à tendência de especialização socioeconômica e funcional das centralidades urbanas produzidas nesse contexto, que, enquanto elementos de diferenciação motivados por desigualdades, promovem segregação socioespacial em última análise (idem, ibidem, p. 139).

Nesse contexto, as cidades precisam ser definidas relacionalmente, pois perdem a capacidade de ser reconhecidas como unidades espaciais, na medida que não se pode estabelecer o que está dentro e fora dela, bem como perde força o binômio centro-periferia e o gradiente de cidade, nas considerações sobre o conceito de centralidade.

desigualdade que se estabelece entre um e outro. Desta maneira, Sposito propõe que o conceito de morfologia urbana deixe de tratar apenas do aspecto formal dos objetos urbanos e volte a considerar também a articulação destes com grupos sociais e funções da cidade, para que assim dê conta das dinâmicas de estruturação das cidades contemporâneas (idem, ibidem, p. 136).

## MEDIDAS E MODELOS DE CENTRALIDADE EM UMA ABORDAGEM SISTÊMICA

No campo dos sistemas configuracionais urbanos entende-se morfologia urbana como a relação entre os elementos físicos da cidade, os quais são definidos através de suas características espaciais, sociais e históricas (KRAFTA, 1994, p. 67). Conforme focalizado na seção anterior, essa definição contempla os pontos que Sposito (2011, p.136) preconiza para a revisão do conceito.

Nessa abordagem, o espaço urbano é representado como um sistema, constituído por um conjunto de elementos inter-relacionados, de tal maneira que a sua configuração como um todo reflete mudanças ocorridas em qualquer um dos seus componentes (ECHENIQUE, 1975). Considera-se ainda que os sistemas urbanos são abertos, no sentido de que realiza trocas com o ambiente, e complexo, na medida em que suas partes são muito numerosas e estão em constante transformação, de modo que seus estados são imprevisíveis. (PORTUGALI, 1997). Nesse contexto, a modelagem urbana adquire outro enfoque: perde o caráter preditivo e passa a ser uma ferramenta sistemática de aprendizagem sobre a realidade (PRIGOGINE, 2005).

Como elementos do sistema, consideram-se não apenas as formas construídas por si só existentes no espaço urbano, mas também a matéria urbana, conceito que inclui ainda as atividades e conteúdos

sociais vinculadas às formas construídas (KRAFTA, 1997; NETTO e KRAFTA, 1999). A matéria urbana se distribui desigualmente pelo sistema, pautada por uma dimensão hierárquica intrínseca à morfologia urbana. Essa dimensão é justamente a centralidade (KRAFTA, 2008, p. 58).

A medida de centralidade ponderada de Freeman-Krafta (KRAFTA, 1994, 2008, pp. 62–63) afere a desigualdade na distribuição de matéria urbana. Para tanto, toma cada par de unidades de forma construída de um sistema urbano e avalia a tensão entre elas, que varia quanto a seus tipos de uso e magnitudes. As tensões são então divididas entre os trechos de espaço público que constituem o caminho mínimo entre cada par. Produz-se assim uma hierarquização dos espaços públicos baseada na quantidade de vezes em que cada um de seus trechos compõe os caminhos mínimos em que se efetivam as interações da matéria urbana distribuída no sistema.

A acessibilidade, por sua vez, é uma medida de centralidade (INGRAM, 1971) baseada apenas na configuração dos espaços públicos. Estudos empíricos (PORTA et al., 2011) apontam correlação entre a localização de atividades de comércio e serviços e as áreas de maior acessibilidade. Hansen (1959) considera que a acessibilidade constitui um parâmetro de diferenciação espacial: as localizações mais acessíveis ofereceriam maior oportunidade de efetivação de negócios para as atividades instaladas sobre elas. A competição por localizações no sistema como um todo cria uma estrutura de valores do solo (KRAFTA, 2008, p. 58). Tratando a produção do espaço como forma de reprodução do capital, Krafta (1994, 1999) propõe modelos de crescimento urbano baseados no argumento de Harvey (1989, pp.28-34) de que a adição de novas áreas à cidade corresponderia a inovações tecnológicas na produção industrial. Segundo o autor, os custos de produção em

uma localização são dados em função da sua centralidade. A produção do espaço urbano em uma localização com centralidade mínima garantiria mínimos custos e portanto maiores lucros. Na medida que aumenta a quantidade de matéria urbana nessa localização em função do aumento da produção, aumenta também a sua centralidade e diminuem os lucros. Eventualmente faz-se necessário introduzir novas localizações no sistema, que garantam a ampliação das taxas de lucro.

O modelo de criticalidade auto-organizada urbana (KRAFTA, NETTO e LIMA, 2011) relaciona a centralidade não só ao custo, mas também ao valor da terra. Desta maneira, com o passar do tempo o incremento de matéria urbana nas bordas e a expansão dos limites do sistema proporcionam uma valorização do solo nas localizações mais centrais, ao passo que as edificações vão sendo depreciadas. Chamam-se pontos críticos os momentos – recorrentes, mas ainda assim imprevisíveis no tempo – em que se torna mais vantajoso, em termos de maximização de renda, substituir a edificação existente por uma de maior valor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os modelos baseados nas teorias dos sistemas complexos de Krafta (1994, 1999) e Krafta e colegas (2011) permitem a análise espacial das dinâmicas de estruturação urbana engendradas no atual estágio do modo capitalista de produção que são reconhecidas por Sposito. No entanto, a autora se limita a considerá-las como imponderáveis e, frente a esse fato, aponta a dificuldade de se formular políticas urbanas que garantam o interesse social no âmbito urbano. Como já exposto, os sistemas complexos não se colocam em posição de efetuar previsões. Não existe expectativa de que os modelos sistêmicos

de centralidade determinem de algum modo como serão as cidades no futuro. Constituem, isso sim, ferramentas de suporte à decisão, no sentido de que são capazes de apontar tendências quanto ao comportamento dos sistemas urbanos.

Além dos modelos dinâmicos, os indicadores de desempenho (NETTO e KRAFTA, 2009) consistem em outras ferramentas de suporte à decisão a partir da avaliação de estados do sistema. Destes, destaca-se aqui o indicador de segregação dinâmica (NETTO e KRAFTA, 1999), que, a partir do grau de sobreposição dos circuitos espaciais e interação entre diferentes grupos socioeconômicos no sistema urbano, avalia a segregação socioespacial.

Mesmo que a acentuação deste processo nas cidades desde o final do século XX seja uma decorrência inevitável, conforme aponta Sposito (1991), considera-se relevante entender a intensidade com que é provocado em diferentes casos. Afinal, como sugere Mattos (2006, p. 69), é possível melhorar a marcha das cidades emergentes, se forem reguladas conforme objetivos compatíveis com as dinâmicas da reestruturação produtiva. E, para tal fim, considera-se fundamental conhecer de que maneira funcionam frente a esse novo paradigma.

## REFERÊNCIAS

- BURGESS, E. W. The growth of the city. In: STEWARD, M. (Ed.). *The city : problems of planning*. London: Penguin Books, 1972. p. 117–129.
- CAMPOS, H. Á. *Centralidades lineares em centros metropolitanos: a terceira perimetral em Porto Alegre (RS)*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.
- CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1999.
- ECHENIQUE, M. El concepto de sistemas, modelos y teorías en los estudios urbanos. In: ECHENIQUE, M. (Ed.). *Modelos matematicos de la estructura espacial urbana: aplicaciones en america latina*. Buenos Aires: Siap, 1975. p. 13–45.
- HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. *GEOgraphia*, v. 1, n. 1, p. 15–39, 1999.
- HANSEN, W. G. How Accessibility Shapes Land Use. *Journal of the American Institute of Planners*, v. 25, n. 2, p. 73–76, doi:10.1080/01944365908978307, 1959.
- HARVEY, D. *The urban experience*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.
- INGRAM, D. R. The concept of accessibility: a search for an operational form. *Regional Studies*, v. 5, n. 2, p. 101–107, 1971.
- KRAFTA, R. Modelling intraurban configurational development. *Environment and Planning B: Planning and Design*, v. 21, n. 1, p. 67–82, doi:10.1068/b210067, 1994.
- KRAFTA, R. Urban configurational complexity: definition and measurement. In: *SPACE SYNTAX FIRST INTERNATIONAL SYMPOSIUM*. Anais... London: [s.n.], 1997.
- KRAFTA, R. Spatial self-organization and the production of the city. *Cybergeo: European Journal of Geography*, v. 1, 1999.
- KRAFTA, R. Fundamentos del análisis de centralidad espacial urbana. *Centro-h*, n. 2, p. 57–72, 2008.
- KRAFTA, R.; NETTO, V. M. e LIMA, L. Urban Built Form Grows Critical. *Cybergeo*, doi:10.4000/cybergeo.24787, 2011.
- MATTEO, M. Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil. In: CRUZ, B. DE O. et al. (Eds.). *Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil*. Brasília: IPEA, 2011. v. 2011p. 79–112.
- MOULAERT, F. *Globalization and integrated area development in European cities*. New York: Oxford University Press, 2000.
- NETTO, V. e KRAFTA, R. Segregação dinâmica urbana: modelagem e mensuração. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 1, p. 133–152, 1999.
- NETTO, V. e KRAFTA, R. A forma urbana como problema de desempenho. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 11, n. 2, p. 157–180, 2009.
- PORTA, S. et al. Street Centrality and the Location of Economic Activities in Barcelona. *Urban Studies*, v. 49, n. 7, p. 1471–1488, doi:10.1177/0042098011422570, 2011.
- PORTUGALI, J. Self-organizing cities. *Futures*, v. 29, n. 4, p. 353–380, 1997.
- PRIGOGINE, I. Foreword. In: ALLEN, P. M. (Ed.). *Cities and regions as self-organizing systems: models of complexity*. [S.l.]: Taylor and Francis, 2005. .
- SILVA, É. T. Estrutura urbana e movimentos populacionais intrametropolitanos. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais... Águas de Lindóia: [s.n.], 2012.
- SOUZA, M. L. De. A expulsão do paraíso: o “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial. In: CASTRO, I. E. DE; GOMES, P. C. DA C.; CORRÊA, R. L. (Eds.). *Explorações geográficas: percursos no fim de século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. .
- SPOSITO, M. E. B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. *Revista de Geografia (UNESP)*, v. 10, p. 1–18, 1991.
- SPOSITO, M. E. B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (Ed.). *Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média*. Presidente Prudente: [s.n.], 2001. .
- SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. DE; SPOSITO, M. E. B. (Eds.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 123–145.
- THÜNEN, J. H. Von. *Der isolierte Staat in Beziehung auf Landwirtschaft und Nationaloekonomie*. Jena: Gustav Fischer, 1910.